

Commandery Participações Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e Administradores da
Commandery Participações Ltda.
Salvador – Bahia**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Commandery Participações Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Commandery Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 571.990 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 87.693 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. A controlada, Companhia Energética Candeias, não utiliza as taxas determinadas em laudo de revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado como base para determinação dos encargos de depreciação, o qual leva em consideração o método de depreciação linear e a decisão da administração em encerrar a operação da controlada ao final dos contratos de fornecimento de energia elétrica que ocorre em 13 de fevereiro de 2025, desta forma a despesa de depreciação do exercício deveria ser alterada de forma que o período de vida útil fosse limitado ao período remanescente do prazo de autorização dos contratos de geração. Considerando que os efeitos mencionados não foram refletidos na contabilidade, em 31 de dezembro de 2022, nas demonstrações financeiras individuais o investimento, o lucro líquido e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 3.648 mil, R\$19.042 mil e R\$ 3.648 mil, respectivamente, líquido dos respectivos efeitos tributários, e nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo imobilizado, o lucro líquido e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a maior em aproximadamente R\$ 5.057 mil e R\$ 22.371 mil e R\$ 4.286 mil, respectivamente, líquido de impostos.
- Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais consolidados, em 31 de dezembro de 2022, apresentam na rubrica de imobilizado os montante de R\$ 571.990 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício consolidado de R\$ 87.693 mil. De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado a Empresa e suas controladas devem revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. A controlada, Companhia Energética Potiguar, que apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 46.821 mil e encargos de depreciação registrados no seu resultado do exercício de R\$ 6.811 mil, não utiliza as taxas determinadas em laudo de revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado como base para determinação dos encargos de depreciação, como também não considerou na mensuração da depreciação a decisão da administração em encerrar a operação da controlada ao final dos contratos de fornecimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2023. Esse cenário apresenta uma indicação de que o valor contábil desses ativos poderia exceder seu valor recuperável. Diante disso, a administração calculou a perda por redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) da controlada levando em consideração apenas o valor em uso dos referidos ativos. Se a revisão das vidas úteis dos ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e a determinação do valor justo deduzido das despesas de venda tivesse sido efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 04 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Commandery Participações Ltda.

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	138.613	157.812	Fornecedores	15	-	8	19.542	68.321
Aplicações financeiras	6	-	-	6.263	6.093	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	195.129	323.162
Contas a receber	7	-	-	145.244	197.377	Obrigações sociais e trabalhistas		1	1	13.658	11.631
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	62.485	62.583	Obrigações tributárias	18	-	-	12.227	11.477
Impostos a recuperar	8	-	-	17.487	23.947	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	14.981	7.902
Estoques	9	-	-	133.251	134.086	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20	67.193	71.989	86.607	85.067
Partes relacionadas	16	-	-	4.401	3.240	Outras contas a pagar		-	-	46.961	5.963
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	99.515	70.745	-	-	Total dos passivos circulantes		67.194	71.998	389.105	513.523
Outras contas a receber	11	-	-	20.828	63.840						
Total dos ativos circulantes		99.515	70.745	528.572	648.978	Não circulantes					
Não circulantes						Fornecedores	15	-	-	-	55
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	74.782	124.445	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	-	224.186
Impostos a recuperar	8	-	-	1.159	2.863	Impostos diferidos		-	-	2.869	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	19.271	19.887	Obrigações tributárias	18	-	-	286	1.035
Impostos diferidos		-	-	-	1.844	Provisão para processos judiciais	19	-	-	861	477
Depósitos judiciais	19	-	-	1.128	1.092	Adiantamento para futuro aumento de capital	16	286	204	12.609	5.161
Partes relacionadas	16	-	-	11.116	28.932	Outras contas a pagar		-	-	7.222	4.303
Outras contas a receber	11	-	-	91.637	42.656	Total dos passivos não circulantes		286	204	23.847	235.217
Investimentos	12	705.633	659.935	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	13	-	-	571.990	677.439	Capital social	20	280.000	280.000	280.000	280.000
Intangível	14	-	-	13.982	18.189	Reservas de lucros retidos		457.668	378.478	457.668	378.478
Total dos ativos não circulantes		705.633	659.935	785.065	917.347	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	4	737.668	658.478	737.668	658.478
						Participação de acionistas não controladores	4	-	-	163.017	159.107
						Total do patrimônio líquido	4	737.668	658.478	900.685	817.585
Total dos ativos		805.148	730.680	1.313.637	1.566.325	Total dos passivos e do patrimônio líquido		805.148	730.680	1.313.637	1.566.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Commandery Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	22	-	-	716.061	1.434.996
Custos de operação e manutenção	23	-	-	(317.283)	(1.179.977)
Lucro bruto		-	-	398.778	255.019
Resultado de equivalência patrimonial	12	236.924	142.389	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(61)	(49)	(71.103)	(58.284)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	-	-	10.592	2.959
Lucro antes do resultado financeiro		<u>236.863</u>	<u>142.340</u>	<u>338.267</u>	<u>199.694</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	84.298	73.343
Despesas financeiras	24	-	-	(53.363)	(21.123)
Total		-	-	30.935	52.220
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>236.863</u>	<u>142.340</u>	<u>369.202</u>	<u>251.914</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(111.299)	(66.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(4.358)	2.889
Incentivo fiscal do imposto de renda	21	-	-	52.015	33.865
Total		-	-	(63.642)	(29.736)
Lucro líquido do exercício		<u>236.863</u>	<u>142.340</u>	<u>305.560</u>	<u>222.178</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$				<u>1.389</u>	<u>1.010</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				236.863	142.340
Acionistas não controladores				68.697	79.838
				<u>305.560</u>	<u>222.178</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Commandery Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	236.863	142.340	305.560	222.178
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>236.863</u>	<u>142.340</u>	<u>305.560</u>	<u>222.178</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			236.863	142.340
Acionistas não controladores			<u>68.697</u>	<u>79.838</u>
			<u>305.560</u>	<u>222.178</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Commandery Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
		Reserva legal	Reserva dos lucros retidos					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>280.000</u>	<u>31.101</u>	<u>314.131</u>	-	<u>625.232</u>	<u>250.832</u>	<u>876.064</u>	
Reorganização societária	-	-	(9.288)	-	(9.288)	(105.110)	(114.398)	
Cessão de ações da TEP para acionista PF minoritário	-	-	-	-	-	1.830	1.830	
Redução de capital	-	-	-	-	-	(21.236)	(21.236)	
Aumento de capital	-	-	-	-	-	307	307	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	142.340	142.340	79.838	222.178	
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20	7.117	-	(7.117)	-	-	-	
Dividendos adicionais de 2019 (R\$0,35 por lote de mil ações)	20	-	(66.000)	-	(66.000)	(22.025)	(88.025)	
Dividendos adicionais de 2021 (R\$0,00 por lote de mil ações)	20	-	-	-	-	(81)	(81)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,22 por ação)	20	-	-	(33.806)	(33.806)	(26.111)	(59.917)	
Reserva de lucros retidos	20	-	101.417	(101.417)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>280.000</u>	<u>38.218</u>	<u>340.260</u>	-	<u>658.478</u>	<u>158.244</u>	<u>816.722</u>	
Aumento de participação dos minoritários SFE	-	-	-	-	-	184	184	
Aumento de participação dos minoritários Sudene SFE	-	-	-	-	-	277	277	
Ajuste de participação dos minoritários	-	-	-	-	-	508	508	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	236.863	236.863	68.697	305.560	
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20	11.843	-	(11.843)	-	-	-	
Dividendos adicionais pagos (R\$0,62 por lote de mil ações)	20	-	(101.418)	-	(101.418)	(34.658)	(136.076)	
Dividendos adicionais a pagar de 2021 (R\$0,05 por lote de mil a	20	-	-	-	-	(11.621)	(11.621)	
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,32 por a	20	-	-	(56.255)	(56.255)	(14.379)	(70.634)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,02 por lote de mil ações)	20	-	-	-	-	(4.235)	(4.235)	
Reserva de lucros retidos	20	-	168.765	(168.765)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>280.000</u>	<u>50.061</u>	<u>407.607</u>	-	<u>737.668</u>	<u>163.017</u>	<u>900.685</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Commandery Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		236.863	142.340	305.560	222.178
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	23	-	-	92.030	82.201
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	-	-	11.279	93
Variação cambial líquida	24	-	-	2.032	(3.209)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	17 e 24	-	-	44.477	19.225
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	17 e 24	-	-	2.613	1.776
Rendimento de aplicações financeiras		-	-	(10.596)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	4.358	(2.889)
Atualização de juros do arrendamento mercantil financeiro	10 e 24	-	-	(12.821)	(16.543)
Resultado da Equivalência Patrimonial	12	(236.924)	(142.389)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	54.310	(90.679)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	62.572	62.667
Estoques		-	-	(9.960)	(77.307)
Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	(17.890)	(169.557)
Dividendos recebidos		-	123.208	-	-
Outras contas a receber		-	-	20.455	11.416
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(8)	8	(52.141)	40.970
Impostos a recolher		-	-	59.792	150.295
Obrigações sociais e trabalhistas		-	1	2.027	4.103
Outras contas a pagar		(13)	-	42.614	(2.901)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(82)	123.168	600.711	230.377
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(31.623)	(50.299)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	(48.001)	(15.042)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(82)	123.168	521.087	165.036
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos judiciais		-	-	-	535
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	-	-	(7.429)	(68.999)
Aplicações financeiras		-	-	24.589	11.403
Aumento de capital social		-	-	(3)	3.011
Aumento de capital social em controladas		-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	-	239.301
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	-	-	(351.308)	(203.192)
Custo de captação adicionado	17	-	-	-	(2.262)
Adiantamento para futuro aumento de capital		82	140	7.457	3.816
Dividendos pagos	20	-	(122.016)	(213.592)	(163.580)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	(1.292)	-	(9.177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		82	(123.168)	(557.443)	(135.094)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		-	-	(19.199)	(24.108)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	-	157.812	181.920
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	-	-	138.613	157.812
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		-	-	(19.199)	(24.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Commandery Participações Ltda. (“Empresa”), com sede em Salvador, Estado da Bahia, constituída em 14 de julho de 2005 (inicialmente como uma sociedade por ações de capital fechado), tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, seja qual for seu tipo societário, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional. Em 31 de outubro de 2022, foi deliberado em Ata de Assembléia Geral Extraordinária, a transformação do tipo jurídico da empresa, de sociedade por ações em sociedade empresária Ltda.

A empresa possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2022:

- Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional. A GPE possui participação societária majoritária na TEP Termoelétrica Potiguar S.A., Companhia Energética Candeias, Companhia Energética Potiguar, São Francisco Energia S.A. e Camaçari RJ Participações S.A.
- Global Engenharia Ltda. (“GENG”), com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, por meio da cisão parcial da Global Participações Ltda., tendo por objeto social a prestação de serviços nas áreas de gestão de serviços de engenharia; de operação de usinas geradoras de energia elétrica (termoelétricas, hidroelétricas e eólicas); e de manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos de usinas geradoras de energia elétrica, em todo o território nacional. Em 12 de junho de 2017, ocorreu uma alteração no contrato social da controlada Global Engenharia Ltda. alterando a participação da empresa de 78% para 10%, mudando consequentemente o controle acionário.
- Global Comercializadora de Gás Natural S.A. (“GGN”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 5 de novembro de 2019, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A empresa possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2022:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manuara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.

- A Companhia Energética Candeias (“CEC”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas (“UTE”) Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.
- A São Francisco Energia S.A. (“SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoena, Guarani e Curumim, e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a SFE a se estabelecer como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as referidas Unidades Termoelétricas.
- Companhia Energética Amazonense (“CEA”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Manaus - AM, atualmente não possui atividade operacional e trata-se de uma SPE criada pela GPE em função do Segundo Leilão de Reserva de Capacidade – Energia (“LRCE”), realizado em 30/09/2022, e dispõe do suprimento de gás local para o atendimento à sua geração. A UTE Manaus I, a gás natural, será instalada no município de Manaus, Estado do Amazonas. O projeto foi concebido para operação em ciclo combinado, sendo composto por duas turbinas a gás natural em ciclo combinado, com uma turbina a vapor e uma potência instalada total da usina de, aproximadamente, 162,9MW
- Camaçari RJ Participações S.A. (“CRJ”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.
- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoelétrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade motogeradora de contingência, nos termos Resolução Autorizativa ANEEL n.º 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A CEM também é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural.

A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho ANEEL n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da AGL e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.
- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da ARE e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Para as PCHs, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

1.1 Mecanismo de Realocação de Energia

As controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a

contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2 Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei n.º 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (“SP100”) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as controladas AGL e ARE aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do *Generation Scaling Factor - GSF* de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as controladas AGL e ARE contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2022 é positivo de R\$42 (negativo de R\$2.214 em 2021) para a ARE e negativo de R\$59 (negativo de R\$1.943 em 2021) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2022, foram reconhecidos nos resultados das controladas os montantes de R\$1.124 (R\$1.031, 2021) para a ARE e negativo de R\$1.504 (negativo de R\$1.381 em 2021) para a AGL, referente à provisão de receita do MRE de 2022, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 da ARE e de R\$ 5.565 da AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Companhias em outubro de

2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Apesar de a ANEEL ter homologado o valor calculado pela CCEE (R\$4.152 para ARE e R\$5.565 para AGL), as controladas apontaram para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias para ARE e 754 dias para AGL, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 ainda em fevereiro. O pedido de reconsideração da Companhia foi reconhecido pela ANEEL pelo Despacho n.º 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. Entretanto, por razões de erros identificados em processos de outros agentes, até hoje não foi divulgado o novo prazo de extensão de outorga (necessariamente maior que os 768 dias para ARE e 754 dias para AGL originais), nem foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga das PCHs Areia e Água Limpa.

Desta maneira, as Companhias reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE até 25/02/2041 e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 21/12/2040. Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

1.3 Continuidade Operacional

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a empresa e suas controladas.

A controlada indireta Companhia Energética Manauara possui contrato de arrendamento com a Eletronorte encerrando em maio de 2025 quando, conforme previsto, terá que reverter todos os ativos atrelados ao contrato de arrendamento a arrendatária (nota explicativa 1).

Adicionalmente, as controladas diretas CEC, CEP e SFE preveem o encerramento das operações das suas UTEs (i. Global I e Global II; ii. Potiguar e Potiguar III; e iii. Apoena, Guarani e Curumim, respectivamente) conforme encerramento dos contratos de CCEARs que ocorrerá a partir de 2023, com o último contrato de suprimento encerrando em 2025.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida que, apesar de uma redução significativa de suas operações a partir de 2023, conforme mencionado acima, manterá as operações e investimentos necessários na GENG, AGL e ARE, como também continuará o desenvolvimento de negócios, como a UTE Manaus I na CEA, e a prospecção de novas oportunidades no setor energético. Adicionalmente, a administração confirma que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores das operações com expectativa de encerramento, com base nas projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da empresa e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da empresa autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 04 de abril de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A Empresa não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Empresa revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento mercantil financeiro, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- Nota explicativa (“NE”) n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional (para as controladas SFE, CEC e CEP);
- NE n.º 10 – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2) (para a controlada CEM);
- NE n.º 13 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) (para as controladas SFE, CEC e CEP);

A Empresa revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Empresa e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Base para consolidação

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora Commandery, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Empresa. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil

Arrendador

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Empresa retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor, e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Anualmente a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Empresa avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 25/02/2041 na ARE e 21/12/2040 na AGL. Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Ver nota explicativa n.º 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM gozam de benefício fiscal para investimento na Região Norte/Nordeste (SUDAM/SUDENE) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. As controladas SFE, CEP, CEC e CEM efetuaram a renovação dos benefícios em mais 10 anos. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Benefício fiscal do ICMS

A controlada CEP usufrui do benefício fiscal do ICMS / RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas SFE, CEP, CEC e CEM, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de

prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nos exercícios de 2022 e 2021, as controladas GENG, AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

O tributo diferido das controladas SFE, CEP, CEC e CEM são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Empresa.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Empresa e suas Controladas:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais

identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

Para as controladas PCHs

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, sendo resultado da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, possui os volumes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As controladas ARE e AGL possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as controladas ARE e AGL participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Controladas ARE e AGL por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Para as termoelétricas

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável.

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida das controladas (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os mecanismos explicados acima para as controladas CEP, CEC e SFE resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.
- **Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo):** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

Na controlada CEM

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Empresa e suas Controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Empresa e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.	
CPC 27	IAS 16	- Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	01/01/2022
CPC 15 (R1)	IFRS 3	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 37 (R1)	IFRS 1	- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	
CPC 48	IFRS 9		
CPC 29	IAS 41		

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Empresa e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 11	IFRS 4	- Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	- Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	- Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem
CPC 23	IFRS 3		vigência
CPC 26 (R1)	IAS 1		imediate.
CPC 40 (R1)	IAS 8	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	
CPC 49	IFRS 7		
CPC 21 (R1)	IAS 26		
CPC 37 (R1)	IAS 12		

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em

exercício futuro, a Empresa e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas em períodos futuros.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Empresa e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação			
	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<i><u> Holding </u></i>				
Global Participações em Energia S.A.	95,64%	-	95,64%	-
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	-	85,69%	-	85,69%
<i><u> Pequenas centrais hidroelétricas (PCH) </u></i>				
Água Limpa Energia S.A.	-	59,51%	-	59,51%
Areia Energia S.A.	-	59,51%	-	59,51%
<i><u> Termoelétricas (UTE) </u></i>				
Companhia Energética Potiguar	-	85,12%	-	85,12%
Companhia Energética Candeias S.A.	-	85,12%	-	85,12%
Companhia Energética Manauara	-	85,28%	-	85,28%
São Francisco Energia S.A.	-	85,12%	-	85,88%
Companhia Energética Amazonense	-	95,64%	-	-
Camaçari RJ Participações S.A.	-	95,64%	-	95,64%
<i><u> Comercializadora </u></i>				
Global Comercializadora de Gás Natural S.A.	95%	-	95%	-
<i><u> Engenharia </u></i>				
Global Engenharia Ltda.	10%	-	10%	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e bancos	147	146
Aplicações financeiras de alta liquidez	138.466	157.666
Total	138.613	157.812

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 70% a 113,86% da remuneração do CDI (70% a 113,86% da remuneração do CDI em 2021).

6 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	6.263	6.093

Aplicação financeira de curto prazo da controlada CEM com o Banco do Brasil, eram vinculadas até outubro/2021 ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, lastreada em CDB remunerado à taxa fixa de 2,63% a.a. A partir de novembro/2021, a Empresa liquidou o financiamento e aplicou o valor em CDB com rendimento de 96% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI).

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Valores a vencer	71.014	81.584
Valores a faturar	74.230	115.793
Total	145.244	197.377

Para as controladas CEM e AGL e ARE, os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e com a Eletrobras (Proinfra) e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

Para as controladas CEP, CEC e SFE os valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade *spot*. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e valores a vencer correspondem as faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao

longo do ano de 2022, representando uma redução significativa em valores a receber em relação a 2021.

A Empresa avaliou os históricos de recebimentos de suas controladas e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Portanto, após as devidas análises, a Empresa e suas controladas não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2022	2021
PIS sobre ativo imobilizado	104	1.895
PIS sobre faturamento	466	2.877
COFINS sobre ativo imobilizado	483	8.725
COFINS sobre faturamento	17.452	13.232
Outros	45	81
Total	<u>18.646</u>	<u>26.810</u>
Circulante	17.487	23.947
Não circulante	1.159	2.863
Total	<u>18.646</u>	<u>26.810</u>

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se as retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Em função dos custos com a conversão dos motores, a Empresa utilizou créditos não cumulativos, acumulando as retenções na fonte da Eletronorte, iniciando suas compensações a partir de 2022.

Em 2022, a controlada CEM obteve a habilitação dos créditos tributários na Receita Federal do Brasil através dos processos decorrentes da decisão judicial, dos quais já foram parcialmente compensados através de PerDcomps em 2022.

A administração através de suas projeções entende que todo os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2023.

9 Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Combustível	56.789	57.476
Almoxarifado de peças para manutenção	74.198	76.148
Outros estoques	2.264	462
Total	<u>133.251</u>	<u>134.086</u>

Embora não tenha sido solicitada a gerar em 2022, as controladas SFE, CEC e CEP mantêm seus estoques de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

Em contrapartida, as controladas SFE, CEC e CEP necessitaram programar suas manutenções preventivas no biênio 2021-2022, ainda decorrente da elevada geração em 2021, aumentando o estoque de sobressalentes para este fim.

As controladas SFE, CEC e CEP realizam inventários e inspeções regularmente e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

10 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 1, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Consolidado	
	2022	2021
<u>Ano de vencimento</u>		
2022	-	62.583
2023	62.485	62.485
2024	62.385	62.385
2025	26.178	26.178
Subtotal	<u>151.048</u>	<u>213.631</u>
Ajuste ao valor presente	<u>(13.781)</u>	<u>(26.603)</u>
Total	<u>137.267</u>	<u>187.028</u>
Circulante	62.485	62.583
Não circulante	74.782	124.445
Total	<u>137.267</u>	<u>187.028</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 01 de janeiro de 2021	233.152
Reversão de ajuste a valor presente	16.543
Baixa por realização	(62.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>187.028</u>
Reversão de ajuste a valor presente	12.821
Baixa por realização	(62.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>137.267</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEM reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 12.821 (R\$ 16.543 em 2021).

Modificação dos motogeradores

O aditivo contratual entre a controlada CEM e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020, aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina o CPC 06. A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos Financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e consequentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que foi avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, em 2022 a controlada CEM reconheceu uma receita pela prestação de serviço atrelada a conversão no montante de R\$124.394 mais atualizações. No exercício de 2023 a controlada CEM não possui expectativa de reconhecer receita referente a esse tipo de prestação de serviço.

11 Outras contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	640
Prospecção de novos negócios (b)	10.334	7.843
Adiantamento a funcionários	241	203
Adiantamento a fornecedor	318	14.470
Despesas antecipadas	2.909	6.608
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (c)	49	4.128
Reembolso na conversão dos motores - CPC48 (d)	50.154	72.162
Mega Donty Investimentos em Energia S.A (e)	48.000	-
Outras contas a receber	460	442
Total	112.465	106.496
Circulante	20.828	63.840
Não circulante	91.637	42.656
Total	112.465	106.496

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível era pago pela controlada CEM diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Eletronorte, não sendo um custo do processo.
- (b) Refere-se a prospecção de novos negócios da GPE em busca da continuidade operacional dos negócios.
- (c) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2020 as controladas AGL e ARE tiveram balanço positivo das operações do MRE, Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, registrando, portanto, uma receita na rubrica “MRE”. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.
- (d) A controlada CEM implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 – Instrumentos Financeiros, onde todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação, da mesma maneira, um crédito da conversão dos motores referente ao reembolso da CCC foram reconhecidos no contas a receber como prestação de serviços à Wartsila e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que serão recebidos mensalmente até maio/2025.
- (e) Refere-se ao um investimento realizado na startup Mega Donty Investimentos em Energia S.A. (“Mega”) através da aquisição de 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) em 02 de dezembro de 2022 e vencimento em 02 de dezembro de 2042. A Emissão é realizada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Mega realizada em 24 de outubro de 2022, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 21

de novembro de 2022 e publicada no Diário Oficial do Estado e no jornal "Diário Comercial" em 28 de novembro de 2022.

12 Investimentos

Participação em sociedades controladas

	2022					
	Quantidade de ações	Participação da Commandery	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
GPE	22.898.123	95,64%	294.000	737.574	(199.053)	246.839
GENG	1.256.400	10,00%	1.256	1.256	(8.611)	8.611
GGN	100.000	95,00%	139	100	-	(13)

	2021					
	Quantidade de ações	Participação da Commandery	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro líquido
GPE	22.898.123	95,64%	294.000	689.788	(151.863)	146.793
GENG	1.256.400	10,00%	1.256	1.256	(20.083)	20.083
GGN	100.000	95,00%	126	100	-	(13)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	Controladas			
	GPE	GENG	GGN	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	673.851	125	95	674.071
Reorganização societária	(9.288)	-	-	(9.288)
Aumento de capital	-	-	13	13
Resultado de equivalência patrimonial	140.393	2.009	(13)	142.389
Dividendos recebidos	(145.241)	(2.009)	-	(147.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	659.715	125	95	659.935
Aumento de capital	-	-	13	13
Resultado de equivalência patrimonial	236.076	861	(13)	236.924
Dividendos recebidos	(190.378)	(861)	-	(191.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	705.413	125	95	705.633

13 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedor e Almoarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	4,34%(*)	4,16%(*)	10%	8,26%(*)	4,37%(*)	20%	(a)	-	20%	-	
Custo corrigido											
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.097	283.786	2.231	696.774	97.231	2.332	106.483	7.490	283	1.888	1.204.595
Adições	3.641	3.768	88	45.948	-	481	-	827	-	3.017	57.770
Baixa	-	(38)	(2)	(13)	-	(33)	-	(21)	-	-	(107)
Transferências	-	(196)	28	657	-	241	(71.725)	(730)	-	-	(71.725)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.738	287.320	2.345	743.366	97.231	3.021	34.758	7.566	283	4.905	1.190.533
Adições	202	403	105	2.649	-	445	22.079	435	-	206	26.524
Baixa	(688)	(1.647)	(17)	(18.924)	-	(49)	(21.574)	(48)	-	(1.421)	(44.368)
Transferências	7.041	3.017	145	(1.111)	-	202	(1.843)	(7.578)	(14)	141	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.293	289.093	2.578	725.980	97.231	3.619	33.420	375	269	3.831	1.172.689
Depreciação acumulada											
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(848)	(79.704)	(1.522)	(305.892)	(44.066)	(1.777)	-	-	(210)	(541)	(434.560)
Adições	(57)	(11.978)	(171)	(61.370)	(4.248)	(388)	-	-	(25)	(311)	(78.548)
Baixa	-	-	1	-	-	13	-	-	-	-	14
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(905)	(91.682)	(1.692)	(367.262)	(48.314)	(2.152)	-	-	(235)	(852)	(513.094)
Adições	(34)	(12.780)	(216)	(71.419)	(1.735)	(477)	-	-	(12)	(1.020)	(87.693)
Baixa	-	-	18	44	-	26	-	-	-	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(939)	(104.462)	(1.890)	(438.637)	(50.049)	(2.603)	-	-	(247)	(1.872)	(600.699)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	15.354	184.631	688	287.343	47.182	1.016	33.420	375	22	1.959	571.990
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	8.833	195.638	653	376.104	48.917	869	34.758	7.566	48	4.053	677.439

- (*) As controladas AGL, ARE e SFE realizam o cálculo da depreciação acumulada por meio das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente e/ou contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas por laudo emitido pela vida útil econômica dos seus ativos.
- a) Transferência do Imobilizado para adiantamento a fornecedor dos adiantamentos já baixados referente a conversão dos motores e registrados como custos operacionais. Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Empresa revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Para as controladas SFE, CEC e CEP a Empresa identificou triggers de possível redução do valor recuperável de seus ativos decorrente do encerramento de operações de UTEs que ocorrerão a partir de 2023 até 2025.

Assim, a Administração estimou o valor recuperável das UGCs (as UTEs) em 2022. Os valores recuperáveis foram estimados com base no seu valor em uso, assumindo o fim de cada operação de acordo com a data final de cada CCEARs.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

A Empresa e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

14 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2022		2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	2.821	(2.524)	297	524
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.797	(1.534)	263	390
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(2.337)	1.763	1.959
Direito das autorizações	8,1% e 8,3%	9.717	(702)	9.015	9.515
Direito de contratos - clientes	7,3%	653	(361)	292	1.098
Outros		7.055	(4.703)	2.352	4.703
Total		26.143	(12.161)	13.982	18.189

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.029
Adições	11.229
Amortização	<u>(3.069)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.189
Adições	80
Baixa	(488)
Amortização	<u>(3.799)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>13.982</u></u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 5,46%a.a. (AGL) e 5,41%a.a. (ARE) e 7,05%a.a. (AGL) e 6,93%a.a. (ARE), em 2021, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE). Ver nota explicativa n.º1 para mais informações.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2024.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ABB Automação Ltda	-	-	-	234
Amazonia Transportes	-	-	530	501
Arapongas Mecanica Naval e Ind	-	-	-	229
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	-	-	2.104	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	-	834	699
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	2.940	3.148
Cummins Vendas e Serviços	-	-	-	1.143
DCCO Soluções em energia	-	-	-	890
Diesel Expert Quebec	-	-	-	213
Engenharia São Patrício	-	-	103	92
Erhard Luttkau Gmbh	-	-	-	420
Fator Segurança S.A.	-	-	-	1.505
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	85	85
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	-	-	3.699
Instituto de Tecnologia P O Desenvolvimento	-	-	-	342
Mam Engenharia Ltda	-	-	242	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	-	-	4.041	4.014
Petrobras Distribuidora S.A. (b)	-	-	425	24.324
Prefeitura Municipal de Camaçari	-	-	-	2.179
Simple Energy Comercializadora S.A.	-	-	3.228	3.824
Sotreq S.A.	-	-	1	8.356
Starr Internacional Brasil Seg	-	-	-	2.845
Tokio Marine Brasil Seguradora	-	-	-	228
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	-	-	-	1.850
Vibra Energia S.A.	-	-	846	-
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	-	1.441	2.233
Outros fornecedores	-	8	2.722	5.323
Total	-	8	19.542	68.376
Circulante	-	8	19.542	68.321
Não circulante	-	-	-	55
Total	-	8	19.542	68.376

- (a) As controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).
- (b) Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo de geração de energia anual e conseqüentemente um aumento na aquisição de combustível para este fim do fornecedor Petrobras Distribuidora S.A.

16 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ref.	Encargos incidentes	Controladora	
			2022 Passivo	2021 Passivo
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>				
Jones Aranha de Sá	(a)	sem encargos	286	204
Total			286	204

- (a) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2022, o qual será integralizado ao capital em 2024.

	Ref.	Encargos incidentes	Consolidado					
			2022			2021		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Elétrica	(a)	IGPM	11.116	-	1.670	28.932	-	5.373
Total			11.116	-	1.670	28.932	-	5.373
<u>Conta corrente</u>								
Jones Aranha de Sá	(b)	sem encargos	4.401	-	-	3.240	-	-
Total			4.401	-	-	3.240	-	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Jones Aranha de Sá	(c)	sem encargos	-	12.609	-	-	5.161	-
Total			-	12.609	-	-	5.161	-
Circulante			4.401	-	-	3.240	-	-
Não Circulante			11.116	12.609	-	28.932	5.161	-
Total			15.517	12.609	-	32.172	5.161	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(d)	sem encargos	-	3.056	(38.257)	-	5.808	(67.953)
Total			-	3.056	(38.257)	-	5.808	(67.953)

- (a) Os valores registrados no ativo não circulante foram emprestados pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas PCHs de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato.
- (b) Relativo a saldo da controlada CEP junto ao acionista Jones Sá para compra de 20% da Companhia Energética Potiguar. No caso do acionista Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da controlada.
- (c) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2022, o qual será integralizado ao capital em 2024.
- (d) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina CEP, CEC e SFE.

Remuneração de dirigentes

Os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Empresa.

A Empresa não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2022	2021
Bradesco S.A. Debentures (a)	dez/23	CDI +	327	130.712	-	131.039	298.194
(-) Custos de transação		2,56%a.a.	-	(1.818)	-	(1.818)	(3.704)
Subtotal			327	128.894	-	129.221	294.490
Banco do Brasil - CCB (b)	out/23	CDI +	790	65.545	-	66.335	110.387
(-) Custos de transação		2,33%a.a.	-	(427)	-	(427)	(994)
Subtotal			790	65.118	-	65.908	109.393
Banco Santander S.A. (c)	fev/22	1,38%a.m.	-	-	-	-	83.486
Subtotal			-	-	-	-	83.486
Banco ABC (d)	jun/22	CDI +	-	-	-	-	17.978
Subtotal			-	-	-	-	17.978
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (e)	abr/22	CDI +	-	-	-	-	42.166
(-) Custos de Transação		1,10%a.a.	-	-	-	-	(165)
Subtotal			-	-	-	-	42.001
Total			1.117	194.012	-	195.129	547.348
Circulante			1.117	194.012	-	195.129	323.162
Não circulante			-	-	-	-	224.186
Total			1.117	194.012	-	195.129	547.348

- (a) Em 25 de outubro de 2021, na controlada TEP, foi assinado o contrato de emissão referente a 76.500 debêntures (GFM) e 80.100 debêntures (GFT), emitidas na 1.^a emissão de série única com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$ 76.500 (GFM) e R\$ 80.100 (GFT) com vencimento em 30 de novembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,06% ao ano. Em 06 de dezembro de 2021 ocorreu o 1.^o aditivo ao contrato de debêntures, alterando a definição da Escritura de Emissão, em razão da convocação da espécie das debêntures para “com garantia real”. Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o 2.^o aditivo ao contrato de debêntures, em razão da incorporação das empresas GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., conforme atos societários de 23 de dezembro de 2021, passando a TEP a ser a emissora das debêntures e, 1.^a e 2.^a emissão de série única da Companhia.

Na controlada SFE, em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.^a emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A no valor de R\$1 cada, totalizando R\$138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano.

- (b) Na controlada CEM, a Cédula de Crédito Bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores para uso exclusivo de gás natural como combustível e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

- (c) Na controlada CEC, em 09 de novembro de 2021, houve aquisição de combustível à vista com a Petrobras Distribuidora S.A, financiada pelo Banco Santander, via *confirming*, com taxa de 1,38% a.m, com parcelas vencendo em janeiro e fevereiro de 2022, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (d) Na controlada CEC, o contrato de conta garantida assinado em 04 de agosto de 2021 com o Banco ABC S.A., dando a possibilidade de captar recurso máximo de R\$ 30 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,2600% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, até a data do vencimento em 13 de junho de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi amortizado o montante de R\$3.500, em 04 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.500, em 12 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 5.000, em 23 de maio de 2022 foi amortizado o montante de 2.500, em 31 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$400, em 06 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$3.300 e por fim em 10 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.615, encerrando a dívida, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (e) Na controlada CEC, em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, na 5.^a emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano, do qual foi totalmente quitado em 2022.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	167.483	184.993	352.476
Captação de empréstimos	395.901	-	395.901
Juros e variações monetárias provisionadas	19.225	-	19.225
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(15.042)	-	(15.042)
Aquisição dos custos de captação	(3.796)	-	(3.796)
Amortização dos custos de captação	1.776	-	1.776
Transferências	(39.193)	39.193	-
Pagamentos de principal	(203.192)	-	(203.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	323.162	224.186	547.348
Juros e variações monetárias provisionadas	44.477	-	44.477
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(48.001)	-	(48.001)
Amortização dos custos de captação	2.613	-	2.613
Transferências	224.186	(224.186)	-
Pagamentos de principal	(351.308)	-	(351.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	195.129	-	195.129

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Foi firmado um contrato de Penhor de Direito de Crédito com a Água Limpa Energia S.A e Areia Energia S.A (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito de 70% dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Foram firmados, também, dois contratos de alienação fiduciária de ações, pelos quais a TEP dá em garantia 50.000 ações, referentes à CEM e a GPE dá em garantia 106.000 ações, referentes à TEP ao debenturista.

Tipo do Financiamento	Garantias
Debêntures	1 – Penhor de 70% dos direitos creditórios, de titularidade da Água Limpa e Areia Energia; 2- Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da CEM de titularidade da TEP; 3 - Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da TEP de titularidade da GPE.

Companhia Energética Manauara

A Controlada CEM deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Controlada transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretroatável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “*pro-solvendo*” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do Financiamento	Garantias
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias 6 – Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva <i>covenant</i>	Requerimentos	Instituição
Cédula de Crédito Bancária	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado efeito caixa do CPC06(R2)) inferior a 2,5	BB

São Francisco Energia S.A.

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de recebíveis (Usinas Guarani, Apoena e Curumim);

- Alienação de 4 (quatro) imóveis de propriedade da emissora (Matrículas 5.575; 4.873; 4.860 e 6.910)
- Alienação Fiduciária das ações da SFE de titularidade da GPE e dos acionistas minoritários.

Em 2022, o *covenant* financeiro do contrato das debêntures com o banco Bradesco previa a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em valor maior ou igual a 1,2 vezes no fim do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* foram cumpridos.

18 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
INSS serviços de terceiros	-	-	486	901
PIS - Programa de integração social	-	-	1.275	608
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	5.923	2.813
PIS/COFINS/CSLL retidos	-	-	361	702
ICMS e DIFAL	-	-	3.199	5.152
Parcelamentos tributários (a)	-	-	1.038	1.858
Outros tributos a recolher	1	-	231	478
Total	1	-	12.513	12.512
Circulante	1	-	12.227	11.477
Não circulante	-	-	286	1.035
Total	1	-	12.513	12.512

- (a) Em 10 de julho de 2019, a controlada CEP aderiu a parcelamento ordinário por meio de um pedido espontâneo, parcelando o débito com a RFB – Receita Federal do Brasil em 60 parcelas iguais e consecutivas por meio de débito em conta.

19 Provisão para processos judiciais

A Empresa e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

Movimentação das contingências perdas prováveis consolidada

	2021	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2022
Processos trabalhistas	477	309	-	-	-	786
Processos tributários	-	-	-	-	-	-
Processos ambientais	-	-	-	-	-	-
Processos cíveis	-	75	-	-	-	75
Total	477	384	-	-	-	861

Para CEP

O processo avaliado, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requer a necessidade de provisão seria: processo de natureza cível no montante de R\$78.

De acordo com os assessores jurídicos da Controlada, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento, foram: processos de natureza cível no montante de R\$75 e de natureza tributária R\$477.

Depósito judicial

Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada pela B2A no processo de natureza cível no montante de R\$89 e do processo de natureza tributária no montante de R\$130.

Movimentação das contingências perdas prováveis

	2021	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2022
Processos trabalhistas	477	-	-	-	-	477
Processos tributários	-	-	-	-	-	-
Processos ambientais	-	-	-	-	-	-
Processos cíveis	-	75	-	-	-	75
Total	477	75	-	-	-	552

Para CEC

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requer a necessidade de provisão seriam: processos de natureza trabalhista no montante de R\$1.262, de natureza cível no montante de R\$76 e de natureza tributária no montante de R\$1.296.

De acordo com os assessores jurídicos da Controlada, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento, foram: processos de natureza trabalhista no montante de R\$309.

Depósito judicial

Trata-se de valor referente à interposição de Recurso Ordinário, por parte da Controlada, no curso de reclamação trabalhista. Permanece em depósito judicial o montante de R\$11. Possibilidade de perda remota.

Movimentação das contingências perdas prováveis

	2021	Adições	2022
Processos trabalhistas	-	309	309
Processos tributários	-	-	-
Processos ambientais	-	-	-
Processos cíveis	-	-	-
Total	-	309	309

Para TEP

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) As controladas AGL e ARE são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto

da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

- (b) Na controlada CEM as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza cível no montante de R\$55.000 e de natureza tributária no montante de R\$94.

Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$6 (AGL) e R\$224 (ARE). Possibilidade de perda remota.

De acordo com os assessores jurídicos da Controlada não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Empresa no montante de R\$280.000 está representado por 220.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

	2022 e 2021	
	Quantidade de ações	%
Acionista		
Jones Aranha de Sá	219.996.074	99,997
Fox Participações Ltda.	5.926	0,003
Total	220.000.000	100,00

Em 31 de outubro de 2022, foi deliberado em Ata de Assembléia Geral Extraordinária, a transformação do tipo jurídico da Empresa, de sociedade por ações em sociedade empresária Ltda.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Empresa constituiu reserva legal de R\$11.843 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.117, em 2021).

Reserva de lucros retidos

A Empresa destinou à conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro

líquido do exercício, no valor de R\$168.765 (R\$101.417, em 2021), observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em R\$177.668, o qual será destinado em assembleia geral em 2023.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	236.863	142.340
Média ponderada de ações em circulação no período	<u>220.000</u>	<u>220.000</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>1,077</u></u>	<u><u>0,647</u></u>

Dividendos

A Empresa adota a política contábil de registrar os dividendos e juros sobre capital próprios recebidos no fluxo de caixa das atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

A Empresa outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	236.863	142.340
Reserva legal	<u>(11.843)</u>	<u>(7.177)</u>
Base para dividendos	<u>225.020</u>	<u>135.223</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>56.255</u></u>	<u><u>33.806</u></u>

Dividendos mínimos obrigatórios a pagar

Conforme previsto no artigo 202 § 4.º da Lei n.º 6.404/76, a Empresa constituiu reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$56.255 (R\$33.806, em 2021), em função da situação financeira da Empresa. Estes dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$67.193 (R\$71.989, em 2021), sendo de R\$86.607 (R\$85.067, em 2021) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Empresa e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Em 14 de abril de 2022, a controladora CMP, por meio de Ata de Assembleia Ordinária autorizou a distribuição de R\$135.223 (R\$0,61 por lote de mil ações), sendo R\$33.806 em dividendos mínimos obrigatórios de 2021 e R\$101.418 em dividendos adicionais

complementares do exercício de 2021, os quais foram parcialmente pagos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 está apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo dividendos a pagar 2020	94.199	110.438
Dividendos propostos referente a 2020	66.000	71.773
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	33.806	45.634
Juros sobre capital próprio	-	(1.313)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	4.435
Dividendos pagos	(122.016)	(145.900)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	71.989	85.067
Dividendos propostos referente a 2021	101.418	134.283
Dividendos propostos referente a 2022	-	19.312
Juros sobre capital próprio de 2022	-	4.293
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	(644)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	56.255	62.884
Dividendos pagos	(162.469)	(218.588)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	67.193	86.607

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Taxa efetiva	Controladora		Taxa efetiva	Consolidado	
		2022	2021		2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		236.863	142.340		369.202	251.914
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)		(80.533)	(48.396)		(125.529)	(85.651)
Diferenças temporárias e permanentes						
Adições		-	-		(8.214)	(1.377)
Exclusões		-	-		4.457	6.829
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06		-	-		(1.516)	(14.333)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		-	-		6.612	11.290
Demais adições e exclusões		80.533	48.396		24.012	26.926
Impostos correntes sobre lucro real		-	-		(100.178)	(56.316)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido		-	-		(11.121)	(10.174)
Imposto de renda e contribuição social		-	-		(111.299)	(66.490)
Incentivos fiscais do imposto de renda		-	-		(4.358)	2.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-		52.015	33.865
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	0,00%	-	-	17,24%	(63.642)	(29.736)

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita de venda de energia (a)	165.279	1.238.396
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	684.205	411.216
Receita de aluguel	1.409	920
Deduções de venda		
PIS	(14.355)	(27.232)
COFINS	(66.124)	(125.437)
ICMS	(46.884)	(48.296)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(7.469)	(14.571)
Total	<u>716.061</u>	<u>1.434.996</u>

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida às Distribuidoras contratadas. A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE. Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) e 2020. Com isto, as Companhias CEP, CEC e SFE obtiveram um aumento na receita de venda de energia gerada.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual das controladas apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

23 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administrativo	-	-	(77.351)	(65.250)
Depreciação e amortização (a)	-	-	(92.031)	(79.796)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(62.166)	(31.147)
Custos com manutenção e operação (b)	-	-	(116.335)	(1.033.169)
Risco hidrológico (c)	-	-	-	9.717
Custos e despesas com seguros	-	-	(6.461)	(5.033)
Despesas com viagens e comunicações	(1)	(1)	(1.355)	(814)
Serviços de terceiros	-	-	(10.367)	(8.367)
Assessoria e consultoria	(46)	(40)	(13.436)	(19.998)
Tributos (d)	(6)	(5)	2.043	874
Outras despesas (receitas)	(8)	(3)	(335)	(2.319)
Total	(61)	(49)	(377.794)	(1.235.302)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(317.283)	(1.179.977)
Despesas gerais e administrativas	(61)	(49)	(71.103)	(58.284)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	10.592	2.959
Total	(61)	(49)	(377.794)	(1.235.302)

- (a) Em 2022, as controladas CEP e CEC concluíram muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, além disso, a controlada SFE entrou em operação de dezembro de 2021, gerando uma distorção no efeito comparativo dos exercícios 2022 e 2021, apresentando um aumento considerável na depreciação anual se comparado com 2021.
- (b) Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa de geração de energia anual. Portanto, fez-se necessário realizar apenas as manutenções corretivas e preventivas oriundas da geração no fim do ano anterior, reduzindo assim os custos das manutenções e operações das Controladas, se comparado com 2021. Além disso, os motogeradores convertidos da controlada CEM, tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. Ver NE 10.
- (c) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para as controladas impactos financeiros atualizado de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, as Controladas reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL, considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.
- (d) Refere-se, principalmente a controlada CEM, sobre a habilitação do crédito tributário na RFB através dos processos administrativos decorrentes da decisão judicial.

24 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	10.596	2.996
Atualização Saldo de Lucros Inflacionários	77	-
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS (a)	8.895	-
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	3.760	5.574
PIS e COFINS sobre receita financeira	(5.430)	(892)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (b)	12.821	16.543
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2) (c)	51.430	30.958
Variações cambiais positivas	196	3.774
Outras receitas financeiras, líquidas	1.953	14.390
Subtotal	84.298	73.343
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (d)	(46.018)	(16.787)
Amortização de custo de captação	(2.613)	(1.776)
Juros sobre contrato de mútuo	(549)	(201)
Variações cambiais negativas	(2.235)	(565)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1.948)	(1.794)
Subtotal	(53.363)	(21.123)
Total	30.935	52.220

- (a) Refere-se a atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- (d) Conforme nota explicativa no. 18 a controlada TEP reconheceu os juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Dividendos e juros sobre capital próprio	99.515	-	99.515	-
<u>Total</u>	99.515	-	99.515	

	Controladora			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Dividendos à pagar	67.193	-	67.193	-
<u>Total</u>	67.193	-	67.193	

	Consolidado			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	40	138.573	138.613	Nível II
Aplicações financeiras	-	6.263	6.263	Nível II
Contas a receber	145.244	-	145.244	-
Arrendamento mercantil a receber	-	137.267	137.267	Nível II
Outras contas a receber	63.147	49.000	112.147	Nível II
<u>Total</u>	208.431	331.103	539.534	

	Consolidado			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	19.542	-	19.542	-
Empréstimos e financiamentos	-	195.129	195.129	Nível II
Dividendos à pagar	86.607	-	86.607	-
Outras contas a pagar	54.183	-	54.183	-
<u>Total</u>	160.332	195.129	355.461	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Empresa e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Empresa e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Empresa e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Empresa e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Empresa e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Empresa e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Empresa e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Empresa e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Empresa e suas controladas ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Empresa e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Empresa e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Empresa e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Empresa e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Controladora		
			Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
				12 meses	36 meses
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	67.193	70.834	-
Total			67.193	70.834	-

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Consolidado			
				Fluxo de caixa contratual			
				12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	19.542	20.601	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	195.129	221.081	-	-	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	86.607	91.300	-	-	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	54.183	53.254	71	7.302	807
Total			355.461	386.236	71	7.302	807

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio

e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Empresa e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Empresa e suas controladas não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2022 as controladas obtiveram de variação cambial líquida negativa de R\$1.851 (CEM), R\$137 (CEC), R\$46 (CEP) e R\$ 5 (SFE). (Em 2021 a variação cambial líquida positiva de R\$3.126 da CEM, R\$53 da CEC e R\$30 da CEP).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Empresa e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Empresa e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Empresa e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

		Consolidado						
Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável	Possível	Remoto		Provável	Possível	Remoto
		I (*)	II 25%	III 50%		I	II 25%	III 50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco do Brasil S.A.	Alta da CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(65.908)	(74.674)	(76.865)	(79.057)
Banco Bradesco S.A.	Alta do CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(129.221)	(146.407)	(150.704)	(155.001)
Total empréstimos e financiamentos					<u>(195.129)</u>	<u>(221.081)</u>	<u>(227.569)</u>	<u>(234.058)</u>
Ativo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Baixa do IGP-M	4,07%	3,06%	2,04%	11.116	11.569	11.456	11.342
Total ativo partes relacionadas					<u>11.116</u>	<u>11.569</u>	<u>11.456</u>	<u>11.342</u>
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	93	105	102	99
Banco do Brasil	Baixa do CDI	13,30%	0,00%	0,00%	5	6	5	5
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	761	862	837	812
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	71.944	81.513	79.120	76.728
Banco BBM	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	24.383	27.626	26.815	26.004
Banco do Nordeste do Brasil - E	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	34.507	39.096	37.949	36.802
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.640	7.523	7.302	7.082
Banco do Brasil	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.263	7.096	6.888	6.679
Total depósitos bancários vinculados					<u>144.597</u>	<u>163.828</u>	<u>159.019</u>	<u>154.212</u>
Total líquido					<u>(39.416)</u>	<u>(45.684)</u>	<u>(57.094)</u>	<u>(68.504)</u>
* Fonte: Banco Santander					<u>-</u>	<u>(6.268)</u>	<u>(17.678)</u>	<u>(29.088)</u>
Efeito líquido no resultado					<u>-</u>	<u>(6.268)</u>	<u>(17.678)</u>	<u>(29.088)</u>

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Empresa e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Política de preços (ambiente regulatório)

Para CEM

Existe um contrato bilateral entre a controlada CEM e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A controlada CEM não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Para AGL e ARE

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. As controladas não têm proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Para CEC, CEP e SFE

Existem contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR celebrado com as distribuidoras, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade spot. As controladas não têm proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de combustível

A controlada CEM gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado, implicaria a redução de receita. Considerando a conversão dos motores para operação com 100% gás natural, a controlada CEM não faz mais aquisições de óleo combustível, com isso uma possível escassez deste combustível não apresenta riscos para a operação. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a controlada CEM responsável por este contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A controlada CEM entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

A Controlada SFE possui contrato de compra e venda de óleo combustível com baixo teor de enxofre (OCCMB) firmado com a Refinaria de Mataripe S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023 para as UTEs Guarani e Apoena e até 31 de dezembro de 2025 para a UTE Curumim. Conforme estabelecido em contrato, a Refinaria de Mataripe S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

As Controladas CEP e CEC possuem contratos de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo diesel (CEP) e óleo combustível (OCB1) (CEC) firmados com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado. As controladas entendem não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

Quanto à escassez de chuva

As controladas AGL e ARE geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as controladas AGL e ARE aderiram ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, as controladas AGL e ARE repactuaram o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. As controladas AGL e ARE entendem não haver riscos associados em 2022 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa e suas controladas, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

26 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada TEP possuía em contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$235, relacionados com:

- Assessoria e gestão no valor de R\$235, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas AGL e ARE possuíam contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.602 (Água Limpa) R\$2.019 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$324 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031;
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.717 (Água Limpa) e R\$1.310 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2034;
- Assessoria e gestão no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$385 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$20.809, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$232, com vigência indeterminada;
- Operação e manutenção das usinas de R\$19.127, com vigência até maio de 2026;
- Serviços gerais de R\$313, com vigência indeterminada;
- Assessoria e gestão de R\$1.137, com vigência indeterminada;
- Contrato bilateral de venda de energia R\$216.840, com vigência até maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEC possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$44.101, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$24.296, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Operação e manutenção das usinas de R\$10.115, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Gestão, Planejamento e Logística de R\$ 5.778, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Logística de abastecimento de óleo de R\$2.359, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Assessoria e gestão de R\$1.553 com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 28 de fevereiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEP possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.436, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$699), com vigência até 31 de dezembro de 2023;
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$737), com vigência até 1.º de janeiro de 2024;

- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SFE possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$ 77.998, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$25.337, com vigência indeterminada;
- Encargos de distribuição de energia de R\$8.394, com vigência indeterminada;
- Operação e manutenção das usinas de R\$14.228, com vigência indeterminada;
- Gestão Planejamento e Logística de R\$18.636, com vigência indeterminada;
- Logística de abastecimento de óleo de R\$7.901, com vigência indeterminada;
- Assessoria e gestão de R\$3.502, com vigência indeterminada.

27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2021 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.269 (AGL), R\$1.845 (ARE), R\$18.656 (CEM), R\$25.236 (CEP) e R\$100.752 (CEC);
- Repactuação do intangível contra custo no montante de R\$5.565 (AGL) e R\$4.152 (ARE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$7.927 (AGL), R\$6.140 (ARE), R\$6.880 (CEM), R\$1.746 (SFE) e R\$17.907 (CEC).

Exercício de 2022 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.570 (AGL), R\$1.959 (ARE), R\$32.037 (CEM), R\$9.603 (CEP), R\$24.644 (SFE) e R\$14.129 (CEC);
- Amortização de mútuo com dividendos a pagar no montante de R\$51.541 (SFE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 6.525 (AGL), R\$ 4.665 (ARE) e R\$17.350 (CEC).

28 Eventos subsequentes

Em março de 2023 houve o ganho da ação de cobrança movida pela controlada CEM com a Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível, que totalizam o montante de R\$50.054.